

Adiada entrega do substitutivo

Mandato e sistema de governo provocam prorrogação até 4ª feira

O substitutivo Bernardo Cabral — que deveria ser apresentado hoje, mas teve seu prazo adiado para quarta-feira — encalhou nas definições a respeito do sistema de governo e do mandato presidencial, em torno das quais o Palácio do Planalto e o PMDB não estão conseguindo se entender. Após reunir-se com o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral, mais o líder pemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o deputado Ulysses Guimarães anunciou ontem que o substitutivo só será conhecido na quarta-feira. Hoje, no sítio São José do Pericumã, o presidente da Constituinte deve reunir-se com o presidente Sarney para discutir as duas questões polêmicas.

Na versão de Ulysses, o adiamento foi definido para propiciar a análise das milhares de emendas encaminhadas pelos constituintes e por grupos de cidadãos ao projeto constitucional. Trata-se de explicação meramente protocolar. Na verdade, o Governo não concorda com os rumos que as duas matérias (mandato e regime) estão tomando na Constituinte, onde está praticamente cristalizada a tendência em torno da aprovação do sistema parlamentarista a ser instaurado 120 dias após a promulgação da nova Carta, ou seja, entre março e abril do próximo ano. Portanto, mesmo na pior das hipóteses, ainda no Governo de Sarney.

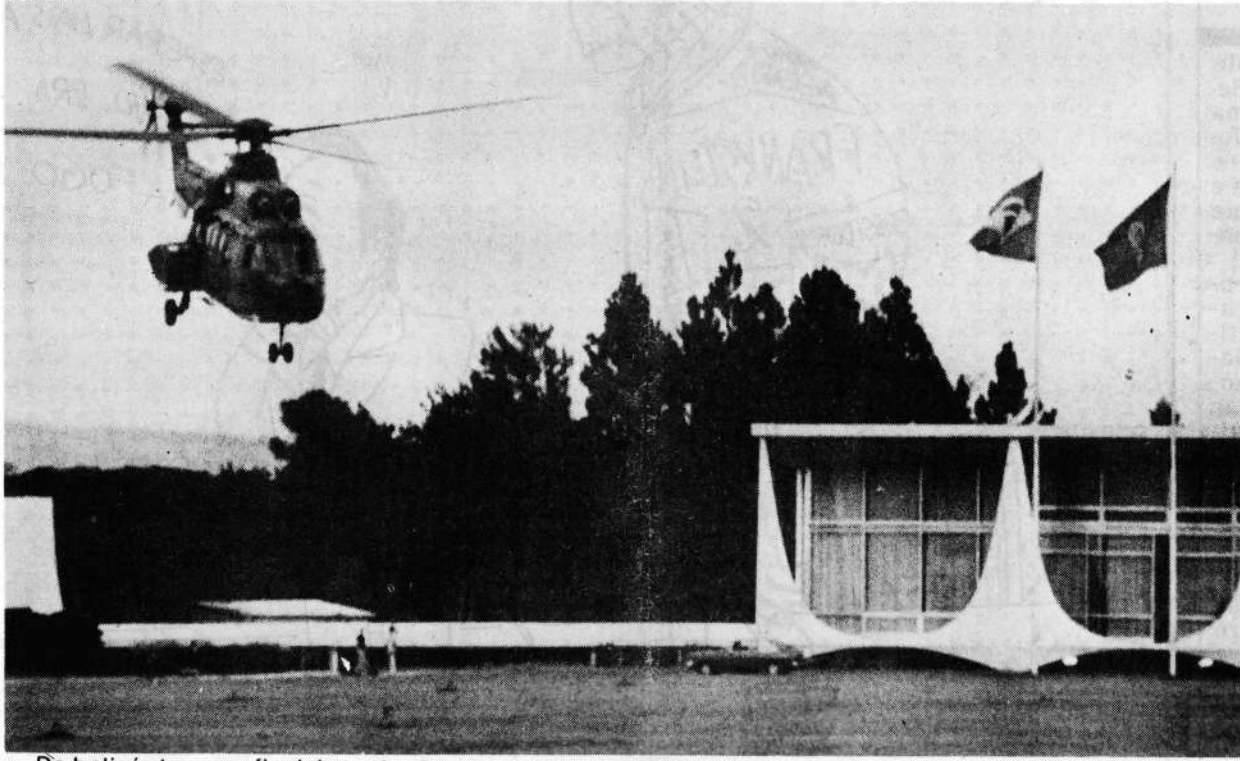
Durante a reunião com o presidente do PMDB, o relator Bernardo Cabral desistiu definitivamente da proposta que lançou na últi-

ma sexta-feira, pela qual a adoção do parlamentarismo só ocorreria após o término do atual mandato presidencial. Embora respaldado pelo Governo, Cabral recuou diante da forte reação com que a sua ideia foi recebida dentro do PMDB, onde o senador Mário Covas só a aceita se vier apoiada à realização de eleições diretas em 88 e Fernando Henrique ironiza a sua validade jurídica, chegando a advertir que a ressurta só servirá para estimular o grupo parlamentarista (majoritário na Assembleia) a reduzir o mandato de Sarney para apressar a instalação do novo regime. Ulysses, presidencialista convicto, não quer ouvir falar de parlamentarismo nem para já nem para o futuro.

O fato é que a situação terminou por gerar novo impasse nas relações do Palácio do Planalto com o PMDB. Para tentar contornar as divergências, Sarney e Ulysses devem reunir-se hoje, provavelmente no Sítio São José do Pericumã.

O encontro deveria ter ocorrido ontem, no Palácio da Alvorada, onde a imprensa deu plantão durante todo o dia. Às 16h30, o helicóptero da Presidência veio buscar Sarney, que seguindo um segurança teria ido para a sua fazenda. Na casa do senador Marco Maciel, presidente do PFL, cuja presença também era esperada no Palácio da Alvorada, a informação era de que estava viajando e não tinha hora prevista para retornar. Já na residência de Ulysses, o assessor Osvaldo Manicard limitou-se a afirmar que não havia "nada previsto".

EUGENIO NOVAES



De helicóptero, no final da tarde, Sarney deixa o Palácio da Alvorada, sem receber Ulysses ou Maciel

Reforma agrária não tem consenso

A reforma agrária ocupou a maior parte das discussões do dia, ontem, do grupo de apoio ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), mas embora progressistas e conservadores cedessem em alguns pontos das suas posições iniciais, não se chegou a um consenso. A questão da imissão de posse (posse imediata da propriedade após a declaração de desapropriação) continuou dividindo os dois lados.

A esquerda não abriu mão da imissão de posse e avançou ontem apenas em uma concessão, segundo relato do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ): concorda em que, se o proprietário obtiver ganho de causa na Justiça contra a desapropriação, seja indenizado em dinheiro pela perda da propriedade e não em Títulos da Dívida Agrária. Os conservadores, contrários à imissão de posse, concordaram com a sua inclusão no substitutivo desde que, se o proprietário vencer na Justiça contra o ato de desapropriação, receba sua terra de volta. Apesar do recuo dos conservadores quanto à inclusão da imissão de posse, esta condicionalidade não foi aprovada pelos progressistas, conforme informação do senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Houve apenas uma convergência, mas não sobre o mérito, em si, da questão da reforma agrária. Os dois lados concordaram em que seja estabelecido um limite de tamanho mínimo para atos de desapropriação, de modo "a tirar os pequenos produtores das terras da UDR", como frisou Vivaldo Barbosa. Por esta proposta, propriedades até um determinado tamanho, não poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

Se direita e esquerda concordaram neste ponto, quem não gostou da ideia foi o relator Bernardo Cabral. Ele acabou vetando a proposta, por considerar que deva ser objeto de lei ordinária e não constar da Constituição, por se tratar de um detalhamento do problema da reforma agrária.

Deputada faz defesa do Cimi

A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) defendeu hoje o Cimi — Conselho Indigenista Missionário — dos ataques que vem sofrendo pelo jornal "o Estado de São Paulo", que acusa a instituição de querer a internacionalização da Amazônia e uma espécie de monopólio de exploração mineral nas terras indígenas. No seu protesto a deputada disse que não é o Cimi quem deseja esse monopólio, mas as empresas de capital multinacional que já detêm mais de 70% dos minérios nacionais.

Mostrando que a campanha difamatória contra o Cimi sai de setores interessados em repassar as terras indígenas para grupos estrangeiros, a deputada Moema São Thiago recordou a fase do Marquês de Pombal, (1759) quando os jesuítas foram expulsos do Brasil e as terras, que eram garantidas pela ação pastoral, foram dizimadas e tomadas pelo colonizador. Para a deputada, o Cimi é um avanço da Igreja, não no aspecto religioso, mas no trabalho de ajuda à luta pela sobrevivência das tribos e que as terras que pertencem aos índios, até por direito histórico "não podem agora ser motivo de especulação econômica e deixadas às mãos dos interesses econômicos".

Maciel leva a Ulysses as propostas do PFL

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, em reunião que terá hoje com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e os líderes de bancadas dos dois partidos para examinar posições em face de pontos cruciais do projeto Bernardo Cabral de nova Constituição, deverá levar a posição de partido em favor da manutenção do presidencialismo clássico.

Em estudo que preparou, Maciel aponta as posições do PFL em 23 disposições constitucionais, e oito pontos de lei ordinária. No encontro que terá, hoje, com Ulysses e as lideranças dos dois partidos no Congresso, Marco Maciel vai comunicar que o PFL é favorável ao presidencialismo como sistema de governo, "com equitativa distribuição de prerrogativas constitucionais entre os poderes (equipotência de poderes) e compatibilização da forma de governo com os sistemas eleitoral e partidário". Algumas posições do partido:

- Liberdade de organização partidária, exigindo-se requisitos mínimos de filiação e desempenho eleitoral, de forma a assegurar a existência de pequenos partidos;
- Voto proporcional, como requisito para garantir a representação das minorias;
- Instituir a liberdade de organização sindical, assegurando-se a autonomia política, administrativa e financeira das entidades sindicais;
- Instituir mecanismos políticos de controle sobre a probidade e eficiência administrativa;
- Fortalecer os instrumentos institucionais do Poder Judiciário de forma a racionalizar e agilizar a administração da Justiça;
- Manifestação do Legislativo sobre a nomeação e demissão das autoridades do Executivo constitucional ou legalmente indicadas e prerrogativas de sustação dos atos administrativos;
- Instituir mecanismos políticos que agilizem o processo decisório no âmbito do Legislativo para medidas de emergências;
- Atribuir às comissões técnicas do Congresso poderes de investigação parlamentar, em caráter permanente, no âmbito de

- suas respectivas competências;
- Desconcentração do sistema financeiro e concessão de maior autonomia de gestão ao Banco Central;
- Redução das disparidades regionais e pessoais de renda, através da racionalização do sistema tributário: redução dos tributos indiretos, em face da essencialidade dos bens, e menor regressividade dos tributos diretos;
- Fortalecimento da atividade econômica privada e da empresa nacional, estabelecendo-se especialmente mecanismos de proteção e incentivo à média, pequena e microempresa;
- Monopólio estatal do petróleo e do setor de geração e distribuição de energia, com o objetivo de assegurar a auto-suficiência energética;
- Estabelecer limites à intervenção do Estado na economia, circunscrivendo-a aos setores considerados estratégicos, e mediante controle do Legislativo;
- Fortalecimento da empresa nacional, conceituada como aquela cuja maioria de capital votante esteja sob controle de pessoas físicas ou jurídicas brasileiras;
- Unificação dos orçamentos fiscal e monetário sob controle do Congresso Nacional;
- Programa de reforma agrária, preservando-se as propriedades produtivas, estabelecendo-se um módulo rural em função das peculiaridades regionais e assegurando-se recursos vinculados ao assentamento dirigido e à colonização;
- Diretrizes para o setor mineral, com objetivo de estabelecer medidas de racionalização, na exploração dos recursos naturais não-renováveis, evitando-se a oligopolização do setor;
- Estabelecimento de limites e condições para o uso pacífico da energia nuclear;
- Universalização do ensino obrigatório e gratuito com o mínimo de oito anos de escolarização;
- Unificação dos serviços de saúde pública e assistência médica, com a participação obrigatória, na gestão do sistema, dos

- profissionais da área, dos usuários e de representantes do Estado;
- Unificação e universalização do plano de benefícios da Previdência e autonomia de sua gestão, de forma paritária, com a participação dos empregados, empregadores e representantes do Estado;
- Instituição de medidas para preservação do equilíbrio ecológico e proteção dos bens de valor histórico e arqueológico que constituem patrimônio coletivo;
- Mecanismos constitucionais de garantia e preservação dos direitos das minorias e repressão legal a qualquer forma de discriminação;
- Ampliação dos direitos e garantias individuais, com o objetivo de dar eficaz proteção jurídica aos direitos econômicos e sociais, a fim de assegurar a igualdade de oportunidades para todos.

Esta é "a proposta de negociação de um pacto político pluripartidário, que assegure a elaboração de um texto constitucional sintético e que atenda às aspirações da sociedade brasileira", que o presidente do PFL levará hoje a Ulysses e às demais lideranças de outros partidos.

Marco Maciel alinhou também os seguintes pontos, que seriam objeto de elaboração de leis ordinárias:

- Assegurar taxas de crescimento do PIB de, no mínimo, 7 por cento, de forma a garantir a geração de, pelo menos, um milhão de novos empregos por ano;
- Elevação real do salário mínimo de forma a atingir, no prazo de três anos, o piso de cem dólares;
- Progressiva flexibilização de preços e gradual liberdade de negociação salarial, assegurada a manutenção de seu poder aquisitivo através de recomposição automática de seu valor real;
- Renegociação da dívida externa, através do estabelecimento de limites para as remessas líquidas anuais, capitalização de partes dos juros e conversão em capital de risco, preservada a propriedade e assegurado o controle acionário das empresas nacionais;
- Manutenção do nível estratégico de reservas cambiais, equivalentes às necessidades de importações do País durante seis meses;
- Fortalecimento da política de preços mínimos a níveis de remuneração real para o setor primário, ampliação da rede de armazenagem, silos e estabelecimentos de um eficaz seguro agrícola;
- Fortalecimento do Seguro-Desemprego, visando a sua universalização e autonomia de gestão através da representação paritária entre empregados e empregadores.

Mais tempo para negociar

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, resolveu ontem adiar para quarta-feira a entrega do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O objetivo é permitir o estudo das 20.800 emendas apresentadas pelos constituintes, o que não seria possível até hoje à tarde, prazo previsto para a entrega. O substitutivo, que é, na prática, o primeiro rascunho da futura Constituição, vai manter os seis anos de mandato para o presidente Sarney e adotar o parlamentarismo 120 dias depois da promulgação da Constituição.

A decisão de adiar o prazo de entrega do substitutivo foi tomada ontem, no final da manhã, numa reunião entre o deputado Ulysses Guimarães, o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral, e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados. O pedido de adiamento partiu das assessorias da Câmara e do Senado e foi atendido parcialmente, já que previa a ampliação do prazo por uma semana.

Além de permitir o estudo das emendas e o seu possível aproveitamento no substitutivo, o adiamento vai ampliar o prazo de negociação política em torno dos pontos polêmicos que, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, estão concentrados principalmente em torno da anistia e da reforma agrária, em es-

pecial da imissão de posse. Apesar de ter sido definido pelo mandato de seis anos para o presidente Sarney — que vai constar das disposições transitórias — o relator Bernardo Cabral acredita que esse assunto vai mesmo ser decidido no plenário.

Bernardo Cabral abandonou de vez a ideia de adotar o parlamentarismo, diante da forte resistência que encontrou em todas as lideranças do PMDB, que consideram absurda e inviável a convivência de uma Constituição parlamentarista e um governo presidencialista. "Vamos então ter o parlamentarismo logo, já que é o que prefere a grande maioria das lideranças", explicou Cabral.

Para Fernando Henrique, o assunto parlamentarismo pós-Sarney está encerrado, pois "o Brasil precisa de transição, não de transitoriedade". O presidente da Constituinte, também contrário à tese, aposta agora na continuidade dos acordos, para que o substitutivo reflita o máximo possível o consenso.

O adiamento da entrega do substitutivo não vai, de acordo com Bernardo Cabral, alterar o prazo para entrada de discussão do substitutivo final em plenário, a 20 de setembro. O prazo será mantido, segundo ele, nem que seja necessário ceder o horário de algumas sessões da Constituinte para reuniões da Comissão de Sistematização. "Seria no mínimo uma falta de cortesia aos constituintes, não apreciar as emendas por falta de tempo", explicou Cabral.



Mário Covas



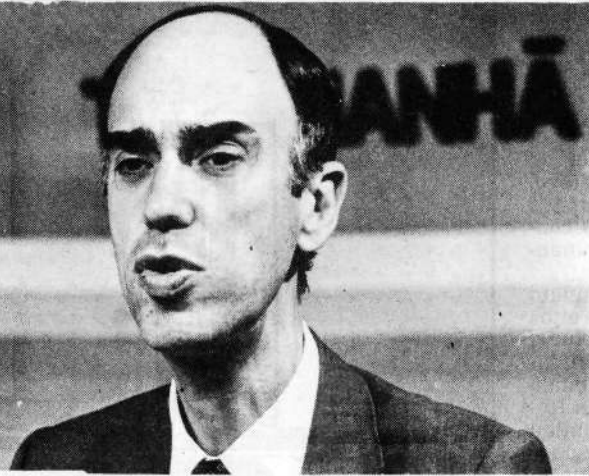
Pimenta da Veiga

Covas não aceita discutir

O sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney não podem ser instrumentos de negociação. A opinião é do senador Mário Covas (PMDB-SP), que participou ontem das discussões sobre o substitutivo que deveria ser apresentado hoje pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Na opinião de Covas, as discussões sobre o sistema de governo e o prazo do mandato de Sarney devem ser feitas em separado.

Segundo o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), durante toda a parte da manhã de ontem os parlamentares discutiram so-

bre a imissão definitiva ou precária na questão da reforma agrária. Caso o relatório de Bernardo Cabral estipule a imissão de posse definitiva, os donos das terras desapropriadas não poderão recorrer à Justiça para reaver a propriedade. Participaram do encontro além de Mário Covas e Pimenta da Veiga, os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), José Serra (PMDB-SP), Euclides Scalco (PMDB-PR), Plínio Sampaio (PT-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Bonifácio Andrada (PDS-MG) e os senadores Maurício Correia (PDT-DF), Virgílio Távora (PDS-CE) e Almir Gabriel (PMDB-BA).



Maciel quer manter o presidencialismo

amc ANEX

AnCunho
VISTO, LIDO E OUVIDO

Profissionais grevistas amargam resultados

O estilo de se fazer greve por deleite quase pega no Brasil. Cansados e sem inspiração, nossos líderes sindicais se atiraram a um movimento de descredito perante o povo, que a cada dia aumenta mais.

Num País com dívida externa fora das proporções, com trabalhadores ganhando pouco, e produzindo menos ainda, querer-se fazer greve por deleite, por protesto contra o arrocho salarial, sem nenhuma reivindicação plausível, só poderia dar no que deus...

Hoje, muitos dos que apanharam da polícia ou foram presos, devem estar amargando uma experiência fora do comum, que não teve a solidariedade dos comandantes do movimento.

Enfim, prevaleceu o bom senso, o povo foi ao trabalho, e pouco ou quase nada aconteceu no País.

- Outras greves virão, certamente, mas desta última, restará uma experiência amarga, e o sinal dos tempos indica que paralisação só vale para o povo quando traz uma mensagem, quando tem destino acertado com os desejos da massa.

LEONARDO MOTA

Em poder do Planalto

Como a Constituinte não está produzindo os níveis ideais de expectativa de uma Carta Constitucional adequada ao País real, as principais questões políticas e institucionais estão se transferindo para os gabinetes do Palácio do Planalto e da presidência dos dois maiores partidos que sustentam o Governo. O poder de barganha é ostentado unicamente pelo Presidente da República como se a Assembleia não valesse muita coisa, em razão de suas próprias insuficiências. Além da impropriedade na abordagem dos temas, sobressai nos textos da Constituinte a aversão pelo regionalismo e até pela gramática. Os verdadeiros talentos que ela atraiu numa dura e competitiva eleição foram jogados numa vala comum de falta de nexos e do conflito de interesses lobistas.

O maior momento da Constituinte foi e continua sendo, antes mesmo de se instalar, o trabalho do professor Afonso Arinos, mas depois metabolizado pelo poder que não admitiu de um texto prévio para a informação conceitual dos constituintes. A arrogância e a auto-suficiência impediram que se adotasse um anteprojeto que servisse de roteiro para o trabalho constitucional — até para seu posterior esquecimento. Arinos foi o responsável pelo melhor momento oratório da constituinte com sua fala em defesa do parlamentarismo, oração esta, no dizer do deputado Luiz Carlos Sigmaringa, que provocou tanta contrição do plenário — que não se ouvia mosca voando. O velho tribuno igualou-se, em momento alto, ao pronunciamento histórico do senador Mario Covas ao redor do tema da autonomia da Constituinte.

Com esse vaivém de brilho, o Palácio do Planalto passa sua própria esponja nos conceitos de poder, e assume de novo a iniciativa política. O presidente Sarney verá cair-lhe às mãos, pela Lei da Gravidade, a condução da crise entre os partidos da Aliança, tirando partido da situação de conflito que se instalou entre o PMDB e o PFL. O Presidente poderá calmamente organizar sua base de sustentação com os segmentos que todos os dias se agrupam. O prefeito Roberto Saturnino, a propósito, em breve reunirá em Brasília os parlamentares socialistas de todos os partidos para uma negociação cordial. O que a Constituinte não quer decidir, o velho poder decide. Com a vantagem de que conceda verbas e empregos.

UDR FORA DO DIARIO

Embora seja um nome imposto à mídia nacional pela modernidade dos fenômenos políticos, o Sr. Ronaldo Caiado, presidente da UDR, ainda não venceu um certo constrangimento da mesa da Constituinte para aparecer no programa Diário da Constituinte.

ANIBAL VAI AO CONSELHO

O ministro Anibal Teixeira tem presença confirmada amanhã no Conselho de Segurança Nacional para debater o programa de ação do Governo. Os militares estão altamente empenhados no aprofundamento das questões que envolvem economia e estratégia. No serviço militar deste ano, o recrutamento deu preferência a universitários, para lidarem com os sofisticados equipamentos do Exército.